

## **ATA DA REUNIÃO DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS**

Aos 02 dias do mês de junho de 2015, na Cidade Administrativa, na sede da Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab Minas), realizou-se reunião para tratar dos seguintes assuntos: retorno relativo ao conflito existente em Conceição do Mato Dentro, tema tratado em reunião da Mesa realizada no município no dia 26/05; retorno de agendamento de reunião com a Prefeitura de Vespasiano para tratar do conflito de uma ocupação no bairro Santa Maria; situação da Ocupação no bairro Copacabana. Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio “Ouvir para governar”, foi discutida e deliberada a seguinte pauta:

### **→ Retorno Conceição do Mato Dentro**

A chefe de gabinete da Seplag, Ligia Maria, abriu os trabalhos justificando a ausência do presidente da Mesa, Claudius Vinícius Leite Pereira, impossibilitado de comparecer em razão de compromisso no Governo do Estado. Em seguida, relatou os encaminhamentos definidos na reunião da Mesa realizada no município de Conceição do Mato Dentro, no último dia 26/05/2015. Ressaltou que a reunião foi muito proveitosa, com presença significativa da população atingida pelos impactos causados pelas ações da Anglo American na região, lamentando, porém, a ausência dos representantes da mineradora. Informou que os problemas existentes no município são maiores do que se imaginava e que muitos deles extrapolam a competência da Mesa de Negociação. Afirmou que os problemas que estiverem sob a responsabilidade da Mesa serão tratados nesse espaço de diálogo, enquanto as questões que extrapolam suas atribuições serão encaminhadas internamente para outros órgãos do Estado, de acordo com as respectivas competências. Informou que a reunião da Mesa em Conceição do Mato Dentro definiu os seguintes encaminhamentos:

- Elaboração de um documento formal pelo Ministério Público de Conceição do Mato Dentro contendo todas as denúncias apresentadas na reunião pelas famílias atingidas.
- Solicitou-se aos atingidos que organizem toda a documentação que comprove as denúncias relatadas, anexando-as ao relatório a ser encaminhado ao promotor Marcelo da Mata.
- De posse desse documento formal do Ministério Público, a Mesa fará os encaminhamentos necessários, nas devidas instâncias do Governo, para posterior resposta relativa aos resultados obtidos.
- Solicitar a interveniência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no âmbito dos conflitos de Conceição do Mato Dentro.
- No caso específico da Dona Natalina, após visita à sua residência, a coordenação da Mesa constatou que o local não é apropriado para a sua permanência e que seu reassentamento é necessário, mas deve acontecer de forma digna e justa, com o devido acompanhamento da Assistência Social do município.

- A coordenação da Mesa solicitará nova reunião com a mineradora Anglo American, com o objetivo de buscar uma solução para que a saída da família de dona Natalina seja realizada de forma justa e pacífica, respeitando sua condição de vulnerabilidade.

- Se houver necessidade, será marcada nova reunião da Mesa em Conceição do Mato Dentro, visando dar continuidade às negociações para a solução dos conflitos fundiários.

O Major Mendes também fez um relato da reunião realizada em Conceição do Mato Dentro, no que diz respeito à ação da Polícia Militar. Ressaltou que o conflito está sendo acompanhado de perto pelo comando da Polícia Militar, para evitar que situações de parcialidade aconteçam, garantindo que os direitos legais tanto da mineradora quanto dos atingidos sejam respeitados.

A advogada Patrícia Lobato, da Assessoria Jurídica da Cohab Minas, relatou que, em contato com o promotor público de Conceição do Mato Dentro, Marcelo da Mata, foi informada que o Ministério Público está aguardando o encaminhamento formal de toda documentação relativa às denúncias das famílias atingidas, para que posteriormente todo o processo seja encaminhado aos devidos órgãos do Estado, visando a apuração das informações e providências que se fizerem necessárias.

O advogado popular Élcio Pacheco, que defende os interesses da família de Dona Natalina, informou que todas as denúncias e documentações envolvendo as famílias atingidas constam das atas das reuniões realizadas ao longo de quase dois anos entre poder público (estadual e municipal), mineradora, Ministério Público e comunidade atingida, opinando tratar-se de uma falácia dizer que o Estado não conhece a situação das famílias atingidas. Dessa forma, disse que é mais fácil o Estado requisitar internamente esses documentos em seus acervos de registros de conflitos de toda natureza, ao invés de esperar que os próprios atingidos enviem essa documentação.

No caso da Dona Natalina, afirmou que o processo de contrato de compra e venda das terras foi fraudulento e que, por esse motivo, sua saída só será realizada se o direito da família for cumprido integralmente.

#### → Retorno das ocupações de Betim

A chefe de gabinete da Seplag, Ligia Maria, informou que, em reunião realizada na Cohab Minas, a Prefeitura de Betim se comprometeu a formatar uma proposta para negociar soluções em relação aos conflitos fundiários envolvendo as três ocupações existentes no município (Nova Canaã, Dom Tomás Balduino e Shekinah). Após formulada, a proposta da Prefeitura será apresentada pela Mesa aos representantes das ocupações.

Um dos representantes da ocupação Dom Tomás Balduino, Orozino Dias, fez um apelo ao Governo do Estado, solicitando apoio para que as 120 famílias que ocupam o terreno permaneçam no local, argumentando que já estão instaladas ali há mais de um ano.

Fernando Henrique, também da ocupação Dom Tomás Balduino, reforçou o pedido do senhor Orozino Dias, solicitando que o Governo interceda junto à

Prefeitura de Betim para que a proposta a ser apresentada às ocupações contemple este pedido de permanência das famílias nos locais ocupados. Indagou se é possível continuar a construção de casas na ocupação enquanto aguardam a proposta do poder municipal.

A chefe de gabinete da Seplag, Lígia Maria, recomendou que a ocupação permaneça da forma como está, sem novas construções, até que a proposta da Prefeitura de Betim seja apresentada.

Isabela Gonçalves, das Brigadas Populares, questionou se a proposta a ser formulada pela Prefeitura contemplará as três ocupações. Questionou ainda se o Major Mendes apresentará o planejamento da Polícia Militar para as ações de reintegração de posse no município.

Quanto ao questionamento relativo à proposta da Prefeitura de Betim, a chefe de gabinete da Seplag, Ligia Maria, informou que tal proposta contemplará as ocupações Dom Tomás Balduino, Nova Canaã e Shekinah. No que diz respeito à ação de reintegração da ocupação Dom Tomás Balduino, Ligia Maria disse que a informação da Polícia Militar é de que a mesma está em planejamento e, como Mesa já deu início às negociações junto à Prefeitura, a expectativa é de se encontrar uma solução pacífica para o conflito.

Jader de Souza, da ocupação Nova Canaã, manifestou sua preocupação em relação ao andamento da ação judicial, dizendo que estão com uma liminar em aberto para desocupar o terreno. Denunciou que estão sofrendo pressão frequente da Guarda Municipal e do batalhão de choque da Polícia Militar para desocupar a área. Segundo ele, o terreno estava abandonado, servindo de local de desova e de depósito de lixo. Informou que no local vivem hoje 120 famílias, dando função social à área, e por isso fez um apelo à Mesa para mediação do conflito, garantindo às famílias o direito de permanecer no local. Convidou a coordenação da Mesa a fazer uma visita às ocupações para conhecer de perto a realidade das famílias que lá residem. Solicitou ainda ao Major Mendes o cancelamento da liminar em aberto para reintegração de posse da ocupação Nova Canaã.

O Major Mendes informou que o comando local tem ciência de que a situação está sendo tratada na Mesa de Negociação. Assegurou que, antes de passar pela Mesa, nenhuma ação de apoio a oficiais de justiça para reintegração de posse será cumprida. Ressalvou, porém, que o planejamento da Polícia Militar está sendo elaborado para cumprir a ordem judicial de reintegração de posse e que, por isso, é importante que os advogados dos movimentos cobrem da Justiça a comunicação à Polícia Militar sobre a suspensão da ação de reintegração de posse.

Ligia Maria informou que será marcada, ainda neste mês de junho, uma reunião da Mesa em Betim, para tratar dos conflitos fundiários locais.

Isabela Gonçalves sugeriu que a Mesa solicite à Advocacia Geral do Estado que encaminhe pedido de suspensão da ação judicial contra a ocupação Nova Canaã e que o Major Mendes notifique o comando da Polícia Militar para que suspenda o planejamento de ação de reintegração de posse no local.

Em relação à suspensão do planejamento da Polícia Militar, o Major Mendes informou que é necessário que a Justiça comunique formalmente ao comando local a suspensão do mandado de reintegração. A chefe de gabinete da

Seplag, Lígia Maria, reafirmou que a Mesa não tem o poder de interferir nas ações do Judiciário.

#### → Situação da ocupação no bairro Copacabana

A chefe de gabinete da Cohab Minas, Flavia Mota, lembrou alguns encaminhamentos realizados na reunião do dia 19/05, ressaltando que o pedido para que o Conselho Municipal de Habitação estivesse presente hoje na reunião da Mesa foi feito pelos próprios líderes das ocupações. Segundo ela, a Mesa cumpriu esse encaminhamento, o que possibilitou a presença dos conselheiros Gladstone Otoni e Edneia Aparecida Souza à reunião.

Edirlene Basílio de Freitas, representante da ocupação Maria Vitória, relatou que as famílias ocuparam o local porque precisam de moradia. Denunciou que estão sofrendo pressão psicológica para desocupar a área, com o desligamento da energia elétrica, sendo ainda coagidos a assinar papéis para que não sejam presos. Mesmo com todas as pressões, afirmou que as famílias não sairão do local sem uma alternativa digna de moradia.

Isabela Gonçalves relatou que a ocupação no bairro Copacabana se deu em função das obras da Várzea da Palma, realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, o que ocasionou a remoção de grande parte das vilas e favelas da região. Segundo ela, foram construídos, posteriormente, diversos conjuntos habitacionais, o que gerou uma alta dos aluguéis na região, que está empurrando as pessoas para o despejo, uma vez que o valor de locação dos imóveis quase triplicou. A seu ver, isso tem levado diversas famílias a fazer ocupações espontâneas na região.

A representante das Brigadas Populares denunciou ainda que o município de Belo Horizonte tem realizado ações de reintegração de posse sem mandados judiciais. Segundo ela, essa situação ocorreu no caso da ocupação Maria Guerreira, com a demolição de casas e expulsão dos moradores, e se repete agora com a ocupação Maria Vitória, que estaria sofrendo ofensivas da Polícia Militar. Dessa forma, questionou como a Mesa irá tratar a realização de despejos pela Prefeitura de Belo Horizonte sem o devido processo legal.

Dalva Estela Nascimento, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, informou que, em visita à ocupação Maria Vitória, tranquilizou os moradores quanto à presença da Polícia Militar no local, dizendo que não se tratava de uma ação de reintegração de posse e que os militares estavam ali apenas para acompanhar os fiscais da Prefeitura na notificação dos ocupantes.

Ana Elísio Rosendo, representante da ocupação Maria Vitória, denunciou que a Polícia Militar chegou ao local para pressionar a saída dos moradores, cortando os arames que demarcavam a área. Disse que as famílias estão dispostas a permanecer no local e que buscam uma solução pacífica para o conflito.

Edneia Aparecida Souza, do Conselho Municipal de Habitação, ressaltou a importância da Mesa na mediação de conflitos, informando que sua presença na reunião se deu em razão de um convite realizado pela coordenação da Mesa. Ressaltou a importância da participação dos ocupantes nas reuniões do Conselho, para que possam dialogar e buscar, juntos, as soluções. Em relação às resoluções do Conselho, assegurou que todas estão em pleno vigor e que é

preciso que constem da pauta de suas reuniões. Informou que a Prefeitura de Belo Horizonte vai realizar o recadastramento para o sorteio do programa Minha Casa, Minha Vida. Embora afirme ter críticas a esse procedimento, disse que considera importante que ele seja discutido nas reuniões do Conselho, para que as comunidades participem de forma organizada do sorteio, possibilitando que, de fato, a moradia seja garantida com esse princípio de dignidade. Esclareceu que não está na reunião da Mesa representando o Conselho e sim uma das entidades que o compõem. Enfatizou que os movimentos populares devem se unir para construir juntos uma proposta de consenso.

Esclarecendo estar na reunião como conselheiro do Conselho Municipal de Habitação, Gladstone Otoni afirmou que os direitos assegurados nas resoluções do Conselho devem ser apropriados pelas comunidades que lutam por moradia. Acrescentou que é importante que os movimentos organizados participem da política municipal de habitação, dando encaminhamento às questões que são pertinentes.

Flávia Mota agradeceu a presença dos representantes do Conselho Municipal de Habitação na reunião, o que, segundo ela, demonstra abertura à proposta de diálogo e negociação mediada pela Mesa.

O defensor público Aylton Rodrigues solicitou ao Comando da Polícia Militar que, caso chegue a requisição de apoio ao batalhão de Venda Nova para uma ação de despejo das ocupações do bairro Copacabana, que tal ação não seja cumprida, a não ser que se trate de uma ordem expedida pelo juiz.

Leonardo Péricles, representante do MLB, ressaltou a importância de unificação do procedimento da Polícia Militar, uma vez que, segundo ele, por várias vezes, os militares têm apoiado a Prefeitura em ações que não têm respaldo da Justiça, além de praticar atos de violência contra os moradores das ocupações. Disse ainda que a presença do Conselho Municipal de Habitação na reunião é importante, porém não o considera legítimo, uma vez que o MLB, as Brigadas Populares e vários movimentos foram impedidos de participar dele. Afirmou ainda que o Conselho não representa boa parte dos movimentos que lutam por moradia na capital. Além disso, questionou a abrangência do Programa Minha Casa Minha Vida na oferta de moradias às populações de baixa renda e a transparência na seleção dos nomes das famílias beneficiadas pelo Programa.

Reforçando o posicionamento do representante do MLB, Isabela Gonçalves disse considerar de extrema importância a unificação da ação da Polícia Militar. Segundo ela, durante as reuniões da Mesa, há uma relação cordial com o Major Mendes, porém, na periferia, o povo tem sofrido, por parte da Polícia Militar, graves ameaças e violações. Indagou ao Major Mendes se as ocupações podem ter a garantia de que a Polícia Militar não estará presente nas notificações da Prefeitura apoiando as ações de reintegração de posse.

Mais uma vez, o Major Mendes informou que há um procedimento padrão da Polícia Militar, que é do conhecimento de todos os comandos. Segundo ele, caso haja algum desvio de conduta quanto a esse procedimento, tal ato será devidamente apurado por órgãos como a Ouvidoria de Polícia e o Ministério Público. Esclareceu que a Polícia Militar só irá agir dentro da lei, ou seja, caso seja notificada por uma ação judicial expedida pelo juiz.

- Retorno do agendamento da reunião com a Prefeitura de Vespasiano para tratar do conflito da ocupação no bairro Santa Maria

Informou-se que será realizada reunião da Mesa em Vespasiano para tratar especificamente do conflito existente no município, em data a ser ainda confirmada.

- Ocupações do Jequitinhonha

O Pastor Jaci Rodrigues Lima, da ocupação rural Fazenda Aurora, na região do Jequitinhonha, questionou se a Polícia Militar local pode retirar os ocupantes da terra sem uma ação judicial. Denunciou, ainda, atos de violência que teriam sido praticados pela Polícia Militar na ação de despejo. Informou que 400 famílias vivem no local, tirando seu sustento da terra. Dessa forma, fez um apelo por apoio e orientações da Mesa quanto ao conflito rural estabelecido na região.

Vinícius da Cunha, da ocupação urbana do Jequitinhonha, reforçou as acusações de abusos cometidos na ação policial que retirou as famílias de um terreno que estaria abandonado e solicitou apoio da Mesa na mediação e solução pacífica do conflito.

Bruno Cardoso, membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CONEDH) e da CPT, informou que a comunidade rural de Chapadinha, situada no Baixo Vale do Jequitinhonha, também está sendo vítima de pressão de oficiais de justiça, que ameaçam os moradores alegando possuir mandado judicial de despejo. Segundo ele, a comunidade é composta por 20 famílias, cujos antepassados já viviam na localidade há mais de 100 anos. Disse muitas dessas famílias têm documentos que comprovam a posse de suas terras.

- Encaminhamentos

- No caso dos conflitos fundiários no Jequitinhonha, a chefe de gabinete da Seplag, Lígia Maria, informou que solicitará uma pesquisa sobre a procedência deste mandado, uma vez que a ação de reintegração relatada não consta no mapeamento de reintegrações de posse do Estado. Disse ainda que uma equipe instituída pela Mesa irá ao local para levantar as informações e se, houver necessidade, será realizada uma visita da coordenação da Mesa à cidade para tratar especificamente dos conflitos estabelecidos na região.

O advogado popular Élcio Pacheco solicitou que seja encaminhado ofício ao promotor local de Jequitinhonha questionando a competência do juiz pela ação de despejo, uma vez que, segundo o advogado, no caso dos conflitos pela posse de terra rural, de acordo com a resolução 438/2004, o único juiz competente para julgar é o da Vara Agrária. A chefe de gabinete da Seplag, Lígia Maria, disse que não compete à Mesa o encaminhamento solicitado pelo advogado Élcio Pacheco.

→ Ocupação Paulo Freire, no Vale do Jatobá, Barreiro

Leonardo, do MLB, solicitou que se incluía a discussão dessa ocupação na pauta da mesa. Disse que o movimento está aberto a buscar uma solução pacífica para o conflito e informou que a ocupação possui cerca de 300 famílias.

Poliana de Souza, do MLB, solicitou que as ocupações já consolidadas Irmã Doroty, Camilo Torres, Eliana Silva e Nelson Mandela também sejam incluídas na pauta da Mesa, alegando que essas ocupações encontram-se na mesma região da ocupação Paulo Freire. Lígia Maria informou que, ainda neste mês de junho, solicitará junto à Prefeitura de Belo Horizonte uma reunião para discutir a situação dessas ocupações.

→ Cadastro da Prefeitura de Belo Horizonte: Isabela, das Brigadas Populares, propôs que seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informação a respeito do número de pessoas que constam do cadastro do Programa Minha Casa, Minha Vida e qual a posição das pessoas na fila desse cadastro.

→ Pauta da próxima reunião, a ser realizada no dia 16/06/2015, às 10h:

- Apresentação, pelo MLB, de informações relativas à ocupação Paulo Freire, na região do Barreiro.

- Ocupações Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia em prédio do Ipsemg situado na Rua dos Caetés, centro de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 02 de junho de 2015.

Assinam,

Nome completo	Assinatura